

## A vitivinicultura brasileira: realidade e perspectivas

*José Fernando da Silva Protas*

*Umberto Almeida Camargo*

*Loiva Maria Ribeiro de Melo*

### Introdução

Dados históricos revelam que a primeira introdução da videira no Brasil foi feita pelos colonizadores portugueses em 1532, através de Martin Afonso de Souza, na então Capitania de São Vicente, hoje Estado de São Paulo. A partir deste ponto e através de introduções posteriores, a viticultura expandiu-se para outras regiões do país, sempre com cultivares de *Vitis vinifera* procedentes de Portugal e da Espanha. Nas primeiras décadas do século XIX, com a importação das uvas americanas procedentes da América do Norte, foram introduzidas as doenças fúngicas que levaram a viticultura colonial à decadência. A cultivar Isabel passou a ser plantada nas diversas regiões do país, tornando-se a base para o desenvolvimento da vitivinicultura comercial nos Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Mais tarde, a partir do início do século XX, o panorama da viticultura paulista mudou significativamente com a substituição da Isabel por Niágara e Seibel 2. No Estado do Rio Grande do Sul, foi incentivado o cultivo de castas viníferas através de estímulos governamentais. Nesse período a atividade vitivinícola expandiu-se para outras regiões do sul e sudeste do país, sempre em zonas com período hibernal definido e com o predomínio de cultivares americanas e híbridas. Entretanto, na década de 70, com a chegada de algumas empresas multinacionais na região da Serra Gaúcha e da Fronteira Oeste (município de Sant'Ana do Livramento), verificou-se um incremento significativo da área de parreirais com cultivares *V. vinifera*.

A viticultura tropical brasileira foi efetivamente desenvolvida a partir da década de 1960, com o plantio de vinhedos comerciais de uva de mesa na região do Vale do Rio São Francisco, no nordeste semi-árido brasileiro. Nos anos 70 surgiu o pólo vitícola do Norte do Estado do Paraná e na década de 1980 desenvolveram-se as regiões do Noroeste do Estado de São Paulo e de Pirapóra no Norte de Minas Gerais,

todas voltadas à produção de uvas finas para consumo in natura. Iniciativas mais recentes, como as verificadas nas regiões Centro-Oeste (Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás) e Nordeste (Bahia e Ceará), permitem que se projete um aumento significativo na atividade vitivinícola nos próximos anos.

## As regiões vitícolas

A viticultura no Brasil ocupa uma área de 63.816 ha, segundo o IBGE. Situa-se entre o paralelo 30°S, no Estado do Rio Grande do Sul, e o paralelo 9°S, na Região Nordeste do país. Em função da diversidade ambiental, existem pólos com viticultura característica de regiões temperadas, com um período de repouso hibernar definido, pólos em áreas subtropicais onde normalmente a videira é cultivada com dois ciclos anuais, definidos em função de um período de temperaturas mais baixas no qual há risco de geadas; e pólos de viticultura tropical onde é possível a realização de podas sucessivas, com dois e meio a três ciclos vegetativos por ano.

No Estado do Rio Grande do Sul a principal região produtora é a da Serra Gaúcha, cujas coordenadas geográficas e indicadores climáticos médios são: latitude 29°S, longitude 51°W, altitude 600-800 m, precipitação 1700 mm distribuídos ao longo do ano, temperatura 17,2°C e umidade relativa do ar 76%. Localizada no nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, é a maior região vitícola do país, com 30.373 hectares de vinhedos, segundo o Cadastro Vitícola do Rio Grande do Sul-1995-2000. Trata-se de uma viticultura de pequenas propriedades, com média de 15 ha de área total, sendo destes 40% a 60% de área útil e 2,5 ha de vinhedos, pouco mecanizada devido à topografia acidentada, onde predomina o uso da mão-de-obra familiar, cada propriedade dispendo em média de 4 pessoas. As condições ambientais determinam um período de repouso hibernar à videira. A poda é realizada em julho-agosto e a colheita está concentrada em janeiro e fevereiro. Cerca de 80% da produção é de uvas americanas (*V. labrusca*, *V. bourquina*) e híbridas, sendo a Isabel a cultivar de maior expressão. Dentre as viníferas brancas, destacam-se as cultivares Moscato Branco, Riesling Itálico, Trebbiano e Chardonnay, e, entre as tintas, as cultivares Cabernet Sauvignon, Merlot, Cabernet Franc e Tannat. A

densidade de plantio situa-se entre 1600 a 3300 plantas por hectare e predomina o sistema de condução em latada ou pérgola (horizontal), proporcionando produção de 18 t a 30 t por hectare, de acordo com a cultivar e com a safra. As condições de temperatura e umidade durante a primavera e verão favorecem a incidência de doenças fúngicas, especialmente de antracnose (*Elsinoe ampelina*), míldio (*Plasmopara viticola*) e podridões do cacho, principalmente a causada por *Botrytis cinerea*. A maior parte da uva colhida é destinada à elaboração de vinhos, sucos e outros derivados. Uma pequena porcentagem da produção, especialmente de uvas americanas como Niágara Rosada e Isabel, é destinada ao mercado para consumo in natura.

Embora a produção de vinhos, suco de uva e derivados da uva e do vinho também ocorra em outras regiões, a maior concentração está no Rio Grande do Sul, onde são elaborados, em média anual, 330 milhões de litros de vinhos e mostos, representando 95% da produção nacional.

O Cadastro Vitícola do Rio Grande do Sul - 1995-2000 registra que existem no Estado 12.829 propriedades que cultivam e vendem uva para processamento, as quais ocupam uma área total de 27.986,97 ha com vinhedos, sendo 4.792 ha com variedades viníferas (17,12%); 22.777 ha com variedades americanas e híbridas (81,38%) e 417 ha com viveiros de porta-enxertos e coleções (1,5%). Além desta área, existem no Estado mais 2.118 propriedades com uma área de vinhedos de 2387 ha cuja produção destina-se ao mercado de consumo in natura e auto consumo. No período de 1995 a 2000, verificou-se um incremento de 2,5% a.a na área cultivada com videiras, sendo que, nos últimos três anos, as cultivares que tiveram maior aumento de área na Região da Serra Gaúcha foram: Bordô (544,95 ha); Niágara Branca (205,42 ha); Couderc (188,02 ha); Jacquez (144,63 ha); Cabernet Sauvignon (130,83 ha) e Merlot (111,86 ha). Neste período, também registrou-se um aumento na área de viveiros de porta-enxerto da ordem de 317,77 ha (Cadastro Vitícola do Rio Grande do Sul - 1995/2000, 2001).

Segundo pesquisa realizada pela Embrapa Uva e Vinho em 1995, o número de pessoas residentes nas propriedades vitícolas era de 46.334, assim distribuídas de acordo com a

faixa etária: 7,69% com 10 anos ou menos; 9,56% entre 11 e 18 anos; 69,20% entre 19 e 60 anos e 13,56% com mais de 60 anos. (Mello, 1999).

A agroindústria do vinho nacional, centrada no Rio Grande do Sul, assumiu historicamente a liderança da produção e abastecimento da demanda do mercado interno brasileiro. Mais recentemente, especialmente a partir da década de 70, começaram a ocorrer investimentos com a implantação e/ou modernização das vinícolas (setor industrial), motivados por um mercado interno com potencial para produtos de melhor qualidade (vinhos finos) e de maior preço. No mesmo período, a agroindústria de suco conseguiu se destacar pela qualidade e singularidade do produto elaborado, vindo a conquistar mercados internacionais exigentes. A partir de então, verificou-se um intenso processo de implantação e/ou modernização tecnológica das vinícolas e processadoras de suco. Porém, o setor de produção vitícola não participou desta mudança com a velocidade e objetividade necessários. Como consequência deste quadro, a qualidade da matéria-prima nacional (uvas para processamento) ainda apresenta potencial enológico inferior ao dos principais concorrentes (Chile, Argentina, Itália, França, Portugal, entre outros), o que afeta a capacidade competitiva do setor no segmento de vinhos finos, que se ressentem, principalmente no atual contexto de mercado globalizado.

O nível tecnológico utilizado no processo de elaboração dos vinhos finos pelo setor agroindustrial nacional é comparável àqueles existente nos países de vitivinicultura avançada, enquanto que na elaboração de vinhos de consumo corrente nem sempre se verifica essa evolução tecnológica.

Como consequência dessa realidade, os vinhos finos nacionais têm apresentado uma grande evolução qualitativa, reconhecida nacional e até internacionalmente, haja visto o bom desempenho de algumas vinícolas brasileiras em concursos internacionais de vinhos, enquanto que com os vinhos de consumo corrente, independentemente das características e do menor potencial enológico da matéria-prima utilizada, o mesmo não se tem verificado. Para estes últimos, há necessidade de maiores investimentos em

tecnologia de produção, tanto no campo como na agroindústria.

As empresas que elaboram suco de uva apresentam uma estrutura moderna e com alta tecnologia. Os investimentos na implantação de novas estruturas de processamento e concentração de suco de uva e de outras frutas na região da Serra Gaúcha evidenciam o potencial de expansão deste mercado e a tendência de diversificação dentro da cadeia vitivinícola.

Ainda no Rio Grande do Sul, na região da Campanha Central, que tem como principal pólo produtor o município de Santana do Livramento, encontra-se um pólo vitícola implantado e consolidado há mais de 20 anos, cujo perfil da propriedade difere daquela existente na região tradicional. Trata-se de um tipo de exploração empresarial em grandes áreas com uso intensivo de capital, tanto na mecanização quanto na contratação da mão-de-obra. A uva produzida neste pólo representa cerca de 15% da produção de uvas viníferas do estado. Nos últimos três anos, um novo pólo vitícola começa a surgir com investimentos na implantação de vinhedos de *V. vinifera* feitos diretamente pelas empresas vinícolas tradicionais ou em parceria destas com agropecuaristas, destacando-se os municípios de Bagé e Candiota, na região da Campanha Meridional e Pinheiro Machado e Encruzilhada do Sul, na região da Serra do Sudeste. Além destes, a viticultura está sendo implantada em outros municípios não tradicionais como alternativa de diversificação de pequenas propriedades, principalmente na região do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, onde a matriz produtiva com base na cultura de pequenas áreas de soja, trigo e milho tornou-se inviável.

Em Santa Catarina, a vitivinicultura apresenta expressão econômica principalmente na Região do Vale do Rio do Peixe, com latitude 27°S, longitude 51°W, altitude 600-800m. Esta região apresenta como indicadores climáticos médios: precipitação de 1800mm/ano, temperatura 17,1°C e umidade relativa do ar de 80%. Segundo o Cadastro Vitícola do Vale do Rio do Peixe - Santa Catarina, 2000, a viticultura desta região ocupa uma área de 1.706,91 ha, apresentando grande similaridade com a da Região da Serra Gaúcha quanto à estrutura fundiária, topografia e tipo de exploração vitícola,

baseada no uso da mão-de-obra familiar e voltada à produção de uvas destinadas principalmente à elaboração de vinhos de consumo corrente e suco de uva, sendo uma parte menor da produção destinada ao consumo in natura, com destaque para as variedades Isabel, Niágara Branca, Seibel e Couderc (Seibel 1077).

Nos últimos quatro anos têm-se verificado a instalação de alguns parreirais de variedades *V. vinífera*, com destaque para a cultivar Cabernet Sauvignon nos municípios de Tangará (6,69 ha) e Pinheiro Preto (5,44 ha). A área média das propriedades desta região é de aproximadamente 30 ha, sendo destes 2,14 ha com vinhedos. São propriedades com áreas acidentadas, nem sempre aproveitáveis integralmente para a agricultura. (Brasil, 2001)

No Paraná, a viticultura está concentrada na Região Norte do estado, em latitude 23°S, longitude 51°W e altitude variando entre 250 a 600 m. Esta região, cujos indicadores climáticos médios são 1.600 mm de precipitação anual, temperatura de 20,7°C e 73% de umidade relativa, caracteriza-se como região subtropical onde a temperatura média dos meses mais frios (junho e julho) situa-se em torno de 16,7°C. Neste período há risco de geadas. A precipitação pluviométrica concentra-se entre os meses de outubro e abril. No período de baixa precipitação, entre maio e setembro, as médias são inferiores a 100 mm mensais, havendo necessidade de irrigação. Predominam as pequenas propriedades com uso da mão-de-obra familiar, freqüentemente complementada através de contratos de parceria, remunerados com parte da produção. É uma região tradicionalmente produtora de uvas finas de mesa mas que, a partir da década de 90, vem diversificando a estrutura produtiva através da introdução das variedades Niágara Rosada e Niágara Branca. Segundo levantamento efetuado pela EMATER/PR em 2001, esta região possui uma área total de 3.953,1 ha de parreirais, sendo 3.329,3 ha de uvas finas, onde se destacam a cultivar Itália, com 45% da área produtiva, e suas mutações coloridas Rubi, com 30%, Benitaka, com 18%, e Brasil, com 5%, e 623,8 ha de uvas comuns com o predomínio da cultivar Niágara Rosada, com 85%, e Niágara Branca, com 10%. Outras variedades de menor importância para a região ocupam os

restantes 2% da área de parreirais. A densidade de plantio varia de 400 a 830 plantas por hectare e os vinhedos são conduzidos em latada (pérgola). Normalmente são colhidas três safras a cada dois anos, sendo as vindimas realizadas em novembro-janeiro e março-junho, respectivamente. As podas são realizadas em junho/julho e janeiro/fevereiro, havendo necessidade de tratamento para forçar e uniformizar a brotação das gemas. A produtividade das variedades finas (Itália e suas mutações) situa-se na faixa de 20 t/ha na primeira colheita e de 14 t/ha na segunda e das variedades comuns (Niágara) em torno de 15 t/ha na primeira colheita e 10 t/ha na segunda. As doenças fúngicas mais comuns são antracnose, míldio, oídio e podridões do cacho.

No Estado de São Paulo, destacam-se dois pólos vitícolas: um na Região Noroeste (Regional Agrícola de Jales), e outro na Região Leste (Regionais Agrícolas de Campinas, Itapetininga e Sorocaba). Neste trabalho, a definição das regiões é feita conforme a classificação da CATI quanto ao conjunto de municípios que formam as regionais agrícolas do Estado. A Região Leste, situada a 23°S, 47°W e entre 700 e 900 m de altitude, apresenta médias anuais de 1400 mm de precipitação, temperatura de 19,5°C e umidade relativa do ar de 70,6%. É uma região onde a altitude compensa a latitude, condicionando à prática de uma viticultura de clima temperado.

O inverno é ameno, porém sujeito à ocorrência de geadas, e com baixa precipitação pluviométrica. O verão é quente e chuvoso, propiciando a incidência de doenças fúngicas como míldio, oídio e podridões do cacho, entre outras. A área de vinhedos é da ordem de 7.870 ha e a produção vitícola da região está distribuída em três categorias. Destaca-se num primeiro grupo, centrado nos municípios de Jundiaí, Vinhedo, Indaiatuba, Valinhos e Campinas, a produção de uva americana para mesa, representando cerca de 67% da área cultivada (5.270,2 ha), com predomínio absoluto da cultivar Niágara Rosada. Os vinhedos são conduzidos em espaldeira simples, numa densidade ao redor de 4000 plantas/ha. A produtividade média neste sistema é de 8 a 10 t/ha, sendo a colheita concentrada nos meses de dezembro-janeiro. Num segundo pólo de produção, centrado no município de São

Roque, estão as uvas destinadas à elaboração de vinho, representando aproximadamente 4% da área cultivada (335 ha), todas americanas e híbridas, com destaque para a cultivar Seibel 2. O sistema de condução mais utilizado é a espaldeira simples. No terceiro grupo, que tem por município pólo São Miguel Arcanjo, estão as uvas finas de mesa, representadas pela cultivar Itália e suas mutações Rubi e Benitaka, com cerca de 29% da área cultivada (2.264,1 ha). Os vinhedos são conduzidos em latada, com 330 a 625 plantas por hectare, sendo a colheita concentrada nos meses de fevereiro e março. A produtividade situa-se em torno de 30 t/hectare (IEA, 2001).

A Região Noroeste de São Paulo, cujas coordenadas geográficas são latitude 20°S, longitude 50°W e altitude de 450-550 m, apresenta como indicadores climáticos médios: precipitação anual de 1300 mm e temperatura de 22,3°C. Nesta região a viticultura ocupa cerca de 1.212 hectares e está em fase de expansão. O clima caracteriza-se por uma estação chuvosa de dezembro a março e um período com precipitações inferiores a 100 mm mensais entre abril e novembro. As temperaturas são elevadas ao longo do ano, com riscos mínimos de ocorrência de geadas, viabilizando ciclos vegetativos sucessivos com manejo adequado envolvendo poda, uso de fitorreguladores para quebra de dormência das gemas e irrigação. Em função da distribuição da chuva são feitas duas podas anuais, uma para produção, entre março e junho, e outra para formação das plantas, entre outubro e dezembro. Assim, o período de colheita na região vai de agosto a novembro, sendo os meses de agosto e setembro mais favoráveis à qualidade das frutas em função da baixa precipitação pluviométrica verificada. A cultivar Itália é a base da viticultura da região, complementada por suas mutações Rubi e Benitaka.

Além destas, outras cultivares como a Red Globe e Centenial também apresentam importância econômica. Nos últimos anos tem-se verificado um expressivo crescimento do cultivo da variedade Niágara Rosada que vem se constituindo numa importante alternativa para diversificação da matriz produtiva vitícola da região. Segundo levantamento da CATI, em 2001



já se encontravam implantados 108,5 ha com esta variedade na região.

Os vinhedos são conduzidos em latada e geralmente cobertos com tela. É uma viticultura desenvolvida em pequenas propriedades, baseada na mão-de-obra familiar complementada por parcerias, cujo trabalho é remunerado com porcentagens da produção. O nível tecnológico é alto, proporcionando colheitas da ordem de 40 t/hectare de uvas. As doenças fúngicas, especialmente míldio, oídio, podridões do cacho e doenças do lenho como *Botryodiplodia theobromae*, estão presentes.

No Estado de Minas Gerais também se destacam dois pólos produtores, um ao sul composto pelos municípios de Caldas, Andradas e Santa Rita de Caldas e outro ao norte, no município de Pirapóira. O primeiro, cujas coordenadas geográficas são latitude 21°S e longitude 40°W, possui uma altitude de 1150 m e apresenta as seguintes características climáticas: precipitação pluviométrica anual de 1500 mm, temperatura média anual de 19°C, umidade relativa do ar de 75%. Segundo levantamento efetuado pela Emater/MG, este pólo vitícola possui 255,3 ha de parreirais compostos pelas variedades Jacquez, com 48% da área (122,12 ha), Bordô (Folha de Figo), com 27% da área (68,18 ha), Niágara Rosada, com 15% da área (39 ha), e Niágara Branca, com 10% da área (26 ha). O principal destino da produção de uvas da região é o processamento para a elaboração de vinhos, embora parte da produção, principalmente da Niágara Rosada, seja destinada para o consumo in natura. O pólo vitícola de Pirapóira, com coordenadas geográficas de 17°S de latitude e 44°W de longitude e altitude de 473 m, apresenta as seguintes características climáticas: precipitação pluviométrica anual de 1056 mm, temperatura média anual de 23°C e umidade relativa do ar de 70%. Este pólo está estruturado com base em pequenas propriedades que, em sua maioria, estão organizadas em torno de uma cooperativa. Estima-se que a área total instalada esteja em torno de 500 ha, sendo a viticultura desta região direcionada à produção de uvas finas com destaque para a variedade Itália e suas mutações coloridas, Rubi, Benitaka e Brasil. De modo semelhante ao que é verificado na região de Jales-SP,

também aqui tem ocorrido nos últimos anos a introdução da variedade Niágara Rosada como alternativa de diversificação da matriz produtiva. Segundo levantamento feito pela Cooperativa Agrícola de Pirapóra - CAP, a área implantada com esta variedade já supera os 20 ha. A produção deste pólo é destinada ao mercado interno com importante participação no abastecimento das regiões de Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

A Região do Vale do São Francisco, situada no trópico semi-árido brasileiro, em latitude 9°S, longitude 40°W e altitude ao redor de 350 m, apresenta indicadores climáticos médios de 500 mm de precipitação, temperatura de 26°C e 50% de umidade relativa do ar. A precipitação pluviométrica está concentrada entre dezembro e março. Neste período há maior incidência de doenças fúngicas, especialmente de míldio e de podridões dos cachos. O oídio e as doenças do lenho, especialmente a *Botryodiplodia theobromae*, também ocorrem nos vinhedos da região.

Trata-se da principal região vitícola tropical do Brasil, que segundo dados da Valexport, possui cerca de 8.000 hectares de vinhedos distribuídos nos Estados de Pernambuco e Bahia, sendo que destes, 10% encontram-se em fase de formação, 42% em produção crescente, 41% em plena produção e 7% em produção decrescente. A produção total da região situa-se em torno de 170 mil toneladas/ano. A estrutura produtiva da região compõe-se de pequenos produtores vinculados aos projetos de colonização e associados em cooperativas, e de médios e grandes produtores que atuam em escala empresarial. Com a utilização de manejo adequado da planta através da poda, uso de fitorreguladores para quebra de dormência das gemas e irrigação, a época de colheita pode ser programada para qualquer dia do ano. É uma viticultura voltada à produção para consumo in natura, ainda com predominância absoluta da cultivar Itália. A partir de 1999 tem havido um incremento significativo no cultivo de variedades apirênicas (sem sementes); segundo levantamento da Valexpot, em 2001 a região possuía uma área implantada, com base principalmente na cultivar Festival, de aproximadamente 1000 ha, sendo a produção destinada, preferencialmente, à exportação. Também se

registra um crescimento significativo na área de produção de variedades de uvas destinadas à produção de vinhos finos como: Cabernet Sauvignon, Syrah, Moscato Canelli, Chardonnay e Chenin Blanc. Também se verifica a produção da cultivar Alicante Bouschet. Algumas híbridas também são usadas na produção de vinagre. A área total implantada com estas cultivares é de aproximadamente 800 ha, sendo que, destes, 520 ha já se encontravam em produção em 2001, produzindo cerca de 15 milhões de litros de vinho. A densidade de plantio varia entre 800 e 1250 plantas por hectare e a grande maioria dos vinhedos são conduzidos em latada, proporcionando produtividade em torno de 15 t/hectare por ciclo, com dois ciclos e meio por ano. No caso das variedades apirênicas, a produtividade é menor e inconstante devido a problemas de adaptação ao ambiente tropical com as variedades disponíveis atualmente. A maior parte da produção desta região é destinada ao mercado interno. Entretanto, as exportações vêm crescendo graças à organização dos produtores através da Associação dos Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco - VALEXPORT, que congrega pequenos, médios e grandes produtores. O principal mercado externo para a uva da região tem sido a Europa.

### O panorama mercadológico e suas perspectivas

Relativamente à estrutura produtiva e mercadológica, o setor vinícola brasileiro, concentrado no Estado do Rio Grande do Sul, apresenta uma característica atípica relativamente aos países tradicionais produtores de vinhos e derivados da uva e do vinho, pois enquanto naqueles são admitidos apenas produtos originários de variedades de uvas finas (*V. vinifera*), no Brasil, além destes, existem produtos originários de variedades americanas e híbridas (*V. labrusca* e *V. bourquina*), que representam mais de 80% do volume total de produção desta cadeia produtiva, o que evidencia a existência de uma dualidade estrutural no setor.

O segmento de vinhos finos, com o processo de abertura da economia brasileira ao exterior, tem enfrentado uma forte concorrência registrando-se taxas significativas de crescimento das importações de vinhos de mesa. Na tabela 1 pode se observar que no período de 1993 - 2000 a

participação dos vinhos importados no mercado brasileiro de vinhos finos passou de 19,4% para 46%. Este quadro se revela ainda mais preocupante quando confrontado com as estatísticas referentes à comercialização do vinho fino nacional que, conforme verifica-se pela Tabela 2, no período 1997-2000, apresentou uma queda no volume absoluto comercializado de 8,2%.

**Tabela 1.** Participação das importações de vinhos de mesa em relação ao vinhos de viníferas comercializados no Brasil - 1993/2000 0 em 1000 litros.

<b>Vinhos de viníferas</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
<b>Nacionais</b>	49.91 6	46.54 2	40.19 5	40.69 6	40.44 2	32.45 6	37.09 6	34.19 6
<b>Importados</b>	11.97 9	21.45 7	28.10 2	22.63 2	24.01 8	22.76 5	26.41 5	29.28 8
<b>Total</b>	<b>61.8</b> <b>95</b>	<b>67.9</b> <b>99</b>	<b>68.2</b> <b>97</b>	<b>63.3</b> <b>28</b>	<b>64.4</b> <b>60</b>	<b>55.2</b> <b>21</b>	<b>63.5</b> <b>11</b>	<b>63.8</b> <b>48</b>
<b>Participação importações/total (%)</b>	<b>19,3</b> <b>5</b>	<b>31,5</b> <b>5</b>	<b>41,1</b> <b>5</b>	<b>35,7</b> <b>4</b>	<b>37,2</b> <b>6</b>	<b>41,2</b> <b>3</b>	<b>41,5</b> <b>9</b>	<b>46,1</b> <b>0</b>

Fonte: C.I.E.F. - M.F.

União Brasileira de Vitivinicultura - UVIBRA

Elaboração: Embrapa Uva e Vinho

**Tabela 2.** Comercialização de vinhos, mosto e sucos de uva do Rio Grande do Sul por tipo, em litros - 1997 e 2000

<b>PRODUTOS/ ANOS</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>
<b>VINHO COMUM</b>	<b>174.768.</b> <b>638</b>	<b>181.576.</b> <b>649</b>	<b>200.578.</b> <b>746</b>	<b>221.023.</b> <b>603</b>	<b>221.518.</b> <b>224</b>
Tinto	127.693.1 58	133.479.2 91	150.857.4 34	172.183.7 92	176.793.6 96
Rosado	13.550.87 2	12.980.17 2	13.221.93 4	9.150.927	7.283.912
Branco	33.524.60 8	35.117.18 6	36.499.37 8	39.688.88 4	37.440.61 6
<b>VINHO</b>	<b>790.617</b>	<b>194.075</b>	<b>234.696</b>	<b>249.345</b>	<b>492.272</b>

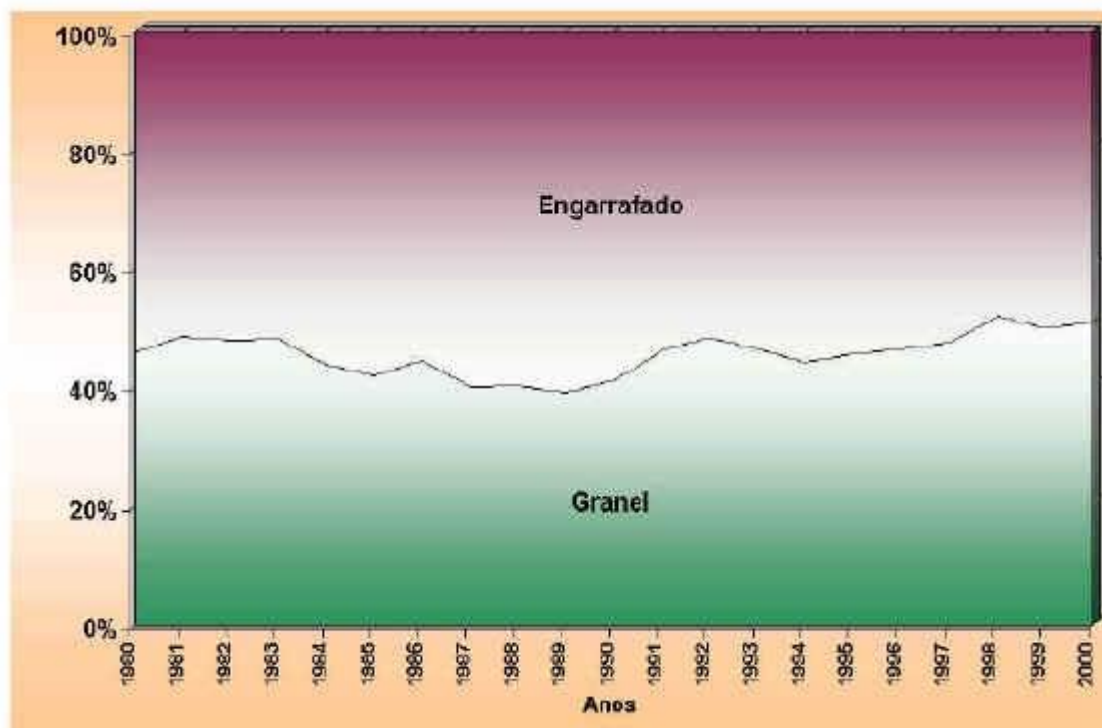
<b>ESPECIAL</b>					
Tinto	136.027	50.870	56.589	177.872	281.260
Rosado	145.144	2.074	112.392	-	12.833
Branco	509.446	141.131	65.715	71.473	198.179
<b>VINHO DE VINIFERAS</b>	<b>46.442.209</b>	<b>32.456.318</b>	<b>37.096.571</b>	<b>34.195.829</b>	<b>28.701.658</b>
Tinto	18.303.579	11.925.188	14.706.398	15.119.076	12.112.495
Rosado	1.997.373	1.585.687	1.479.987	1.021.310	790.176
Branco	26.141.257	18.945.443	20.910.186	18.055.443	15.798.987
ESPUMANTES	3.035.402	3.223.462	5.555.866	4.136.072	4.019.853
ESPUMANTES Moscatel	19.222	29.712	50.670	194.723	474.162
FILTRADO DOCE	11.506.197	14.457.195	11.065.803	10.253.296	11.400.130
FRIZANTES	221.733	15.370	12.861	2.583	-
LICOROSOS	756.557	165.5907	1.013.137	1.110.159	957.388
COMPOSTOS	847.456	1.137.668	1.199.898	1.084.344	276.791
MISTELAS	420.127	108.555	27.060	-	6.619
JEROPIGA	78.504	49.339	71.800	66.197	66.824
SUCO DE UVAS	4.996.959	9.025.797	7.778.310	6.847.466	11.498.893
SUCO DE UVAS CONCENTRADO	16.724.519	13.944.137	16.261.806	15.315.971	14.704.091
MOSTO SULFITADO	-	-	88.000	180.900	369.070
MOSTO CONCENTRADO	124.870	-	-	-	-
COOLER	4.571.501	5.764.233	9.424.282	10.847.415	10.994.658
SANGRIA	-	-	-	-	99.260
<b>TOTAL</b>	<b>265.198.444</b>	<b>260.687.419</b>	<b>293.850.898</b>	<b>306.320.410</b>	<b>304.433.059</b>

Fonte: União Brasileira de Vitivinicultura - UVIBRA  
Elaboração: Embrapa Uva e Vinho

Nesta mesma tabela, e agora de forma otimista, chama a atenção o significativo incremento verificado na comercialização dos espumantes, sobretudo dos "tipo moscatel," que apresentaram um crescimento no volume comercializado de 2366,7%, o que pode ser considerado um fato raro, mesmo se tratando de volumes relativamente pequenos em termos absolutos. Este, parece óbvio, é um segmento dentro da cadeia vitivinícola com grandes possibilidades de crescimento, pois, além do potencial de expansão do mercado interno, há o reconhecimento internacional quanto à qualidade dos espumantes brasileiros, que poderão, desde que hajam políticas específicas de apoio para tanto, fazer parte da pauta de exportação de produtos brasileiros. Ainda com relação à questão de políticas setoriais, um dos aspectos mais críticos à competitividade do setor vitivinícola nacional está na tributação (em cascata) que incide sobre os produtos. Diversos estudos têm mostrado que, enquanto no Brasil o conjunto das tributações incidentes sobre o vinho supera a 40% do preço ao consumidor, nos principais países concorrentes, como Argentina, Uruguai e Chile, este valor gira em torno de 20%. Com esta carga tributária a onerar os custos de produção, além de outros fatores também de ordem política (cotas com imposto de importação diferenciados para o Chile, isenção de tributação para os países do Mercosul, incentivos via subsídios por parte dos países exportadores, entre outros), criou-se um cenário onde o Brasil perdeu a capacidade competitiva, tanto para vender o produto nacional no exterior quanto para se manter competitivo no próprio mercado interno. É evidente que os gostos e preferências dos consumidores, aliados aos seus respectivos poder de compra, determinam a escolha dos produtos a serem consumidos. Entretanto, no caso do mercado brasileiro de vinhos finos, verifica-se que, independentemente de ainda haver quem valorize o "status" de produto estrangeiro, com frequência os preços dos vinhos importados são inferiores aos dos similares nacionais. Portanto, o aumento da venda de importados no mercado interno brasileiro é absolutamente lógico. A reversão deste quadro, que embora também dependa de avanços

tecnológicos, de uma maior organização setorial e de uma política tributária mais adequada, deverá ocorrer, principalmente no âmbito de um plano estratégico de curto, médio e longo prazo que defina e oriente políticas de crédito, de marketing, de controle e fiscalização, de legislação e relações internacionais, entre outras, para o desenvolvimento do setor. O fato é que, ao nível do mercado consumidor nacional, seguindo uma tendência mundial, o brasileiro passou a exigir maior qualidade dos produtos e assimilou novos referenciais de qualidade e, neste particular, a ampla oferta de produtos importados contribuiu para esta nova postura.

Quanto aos produtos derivados das variedades de uvas comuns verifica-se que o Vinho de Consumo Corrente apresenta um crescimento equilibrado, com taxas positivas que somam 26,4% ao longo do período analisado (1997-2001). Este comportamento do mercado consumidor dos "vinhos comuns" em parte está relacionado com o poder aquisitivo da população, pois como se sabe, este tipo de vinho geralmente é comercializado a preços bastante acessíveis. Outros aspectos, tais como: preferência pelas características de gosto e aroma "foxado" típico das variedades *V. labrusca*, a simpatia destes consumidores por produtos tipo "colonial", e a facilidade de encontrar os produtos mesmo nos locais mais remotos do país também explicam em parte a estabilidade verificada neste mercado. Relacionado com este último fator está o fato de que em torno de 50% da produção do vinho gaúcho é comercializado a granel para outros estados da federação (Figura 1).



**Figura 1.** Participação percentual dos vinhos engarrafados e a granel, comercializados pelo Rio Grande do Sul - 1980-1999

Com relação às freqüentes críticas e denúncias relativamente à qualidade e genuinidade dos vinhos comuns, registra-se a oficialização do método de análise Isotópica, que permite identificar a origem do álcool (se:  $C^3$  ou  $C^4$ ), na legislação brasileira a partir de 2001, o que, provavelmente promoverá uma melhora significativa na qualidade dos Vinhos de Consumo Corrente, já que, segundo os registros das autoridades responsáveis pelo controle e fiscalização da qualidade do vinho, a adição excessiva de açúcar de cana se constitui no principal problema verificado nos padrões que definem a genuinidade deste tipo de produto.

Quanto ao segmento Suco de Uva, verifica-se um crescimento estável na produção, que no período 1997-2000 foi de 22% para o suco simples e de 35% para o suco concentrado. Neste período, do conjunto de produtos que compõem a cadeia produtiva vitivinícola, o suco concentrado foi o que apresentou melhor desempenho relativamente às exportações, superando, inclusive, as uvas de mesa, tanto em volume quanto em divisas (Tabela 3). Nesta mesma tabela verifica-se que as exportações de suco concentrado



apresentam pequenas oscilações, positivas ou negativas, de ano para ano, caracterizando uma situação de estabilidade, já que posições perdidas num ano são recuperadas no seguinte. A expectativa é de que, em não havendo maiores dificuldades em relação à política cambial, este segmento da cadeia vitivinícola se expanda. Relativamente ao mercado interno, o desempenho do suco de uva também é positivo e estável, o que é confirmado não só pela produção crescente mas também pelo aumento do consumo per capita do produto, que no período de 1997-2000 foi de 36% (esta evolução no período 1993-2000 foi de 266%). Entretanto, este consumo interno ainda pode ser aumentado já que, em termos absolutos, 0,33 litros/per capita/ano ainda é muito baixo.(Tabela 4). Um detalhe importante quanto à estrutura produtiva deste segmento da cadeia vitivinícola está nas importações de suco concentrado da Argentina, para ser reprocessado em regime de drawback através de cortes com o nacional, e exportado. Este fato, aliado às ações que estão sendo empreendidas pelas principais empresas processadoras, no sentido de expandir as áreas de produção de uvas, inclusive para regiões não tradicionais fora do Rio Grande do Sul, evidenciam o potencial de demanda para este tipo de matéria prima. Por outro lado, de forma semelhante ao que ocorreu com a variedade Niágara, a Embrapa Uva e Vinho vem desenvolvendo esforços no sentido de adaptar e/ou desenvolver variedades de uvas com aptidão para a produção de sucos em regiões tropicais. Atualmente encontram-se em fase de implantação dois pólos para a produção de uvas e elaboração de sucos, um no município de Nova Mutum no Estado do Mato Grosso e outro no município de Rolândia, no Estado do Paraná.

**Tabela 3.** Balanço brasileiro das exportações e importações de uvas, suco de uvas, vinhos e derivados Valor e U\$1,00 - 1997/2000

	1997		1998		1999		2000	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
<b>EXPORTAÇÕES</b>								
Uvas frescas	3.705	4.480	4.405	5.823	8.083	8.614	14.34	14.605

(t)							3	
Suco de uva (t)	9.928	15.953	6.479	12.373	7.815	15.108	8.784	13.811
Vinhos de mesa (1.000 l)	16.199	16.649	7.750	5.513	6.766	4.074	6.289	3.463
Vinhos espumantes (1.000 l)	4	8	3	6	773	316	266	238
Vermutes (1.000 l)	911	855	664	731	895	655	-	-
Conhaques (1.000 l)	-	-	-	-	-	-	-	-
Vinagre de vinho (1.000 l)	909	449	941	491	826	315	-	-
<b>Total exportações (US/FOB)</b>		<b>38.394</b>		<b>24.937</b>		<b>29.082</b>		<b>32.117</b>
<b>IMPORTAÇÕES</b>								
Uvas frescas (t)	23.222	25.901	26.492	28.733	8.599	8.461	9.903	9.066
Uvas passas (t)	16.418	23.617	15.447	20.764	16.016	20.084	14.929	16.230
Vinhos de mesa (1.000 l)	24.018	48.228	22.765	54.453	26.415	62.287	29.288	65.333
Vinhos licorosos (1.000 l)	-	-	-	-	-	-	-	-
Vinhos espumantes (1.000 l)	1.262	9.555	1.379	11.416	2.033	14.816	1.843	11.411
Suco de uva (t)*	3.828	3.234	4.410	3.197	2.465	2.078	2.053	169
<b>Total Importações (US/FOB)</b>		<b>110.535</b>		<b>118.563</b>		<b>107.726</b>		<b>102.209</b>
<b>EXP.menos IMP.(US/FOB)</b>		<b>-72.141</b>		<b>-93.626</b>		<b>-78.644</b>		<b>-70.092</b>

\* Procedentes da Argentina  
Fonte: C.I.E.F. - M.F  
Elaboração: Embrapa Uva e Vinho

**Tabela 4.** Consumo per capita de vinhos, sucos e uvas, no Brasil, em litros - 1993/2000

<b>Produtos/anos</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
Vinhos	1,85	1,77	1,51	1,58	1,62	1,60	1,80	1,89
Suco de Uva	0,09	0,15	0,22	0,24	0,25	0,48	0,38	0,33
Uvas de Mesa	2,79	2,18	2,69	2,79	3,12	2,52	2,35	2,32
Uvas secas Mesa	0,06	0,09	0,25	0,10	0,09	0,09	0,10	0,09

Elaboração: Embrapa Uva e Vinho

O mercado brasileiro de uvas de mesa está segmentado em dois grandes grupos: o das uvas finas, onde se destacam as variedades tradicionais, Itália, Rubi, Benitaka e, mais recentemente, algumas variedades apirênicas como a Festival, e o das uvas comuns com destaque para a variedade Niágara Rosada. O sistema de produção tradicional de uvas finas, desenvolvido nos pólos produtivos do Vale do São Francisco, Leste e Noroeste de São Paulo, Norte do Paraná e Norte de Minas Gerais, apresenta um custo de produção relativamente elevado, dado o nível tecnológico adotado e, principalmente, o uso intensivo de mão-de-obra no manejo das principais variedades produzidas.

Nestas circunstâncias, a viabilidade econômica da atividade fica condicionada à existência de um mercado com demanda estável e preços remuneradores, o que se verificou até meados da década de 90, entretanto nos últimos anos tem havido uma estabilidade na demanda de uvas para o consumo in natura que contrasta com um aumento da produção determinando uma queda sistemática dos níveis de preços deste tipo de uva (Tabela 5). Embora fatores relacionados com políticas macroeconômicas, que refletem na cotação cambial do real e no poder de compra da população, possam explicar em parte as alterações no comportamento deste mercado, a estes se aliam outros, relacionados com gostos e preferências dos consumidores fazendo com que o impacto seja ainda maior.

No período de 1994-1999, em que a política cambial brasileira favoreceu às importações, verificou-se um aumento significativo da entrada de uvas apirênicas no mercado interno. Apenas em 1997, das 24018 toneladas de uvas importadas, mais de 50% eram da variedade Thompson, apirênica.(Tabela 3 e Figura 2). Outro fator que certamente compõe este "novo" cenário é a introdução e produção crescente da variedade Niágara Rosada em algumas regiões tropicais, determinando uma alteração na estrutura de oferta de uvas nos principais mercados do país, pois a Niágara, que até então tinha sua produção concentrada nas regiões temperadas do Rio Grande do Sul e Leste de São Paulo e concentrava a sua oferta no período de dezembro a fevereiro, a partir de então vem apresentando uma oferta melhor distribuída ao longo do ano.

**Tabela 5.** Produção, importação, exportação e consumo de uvas no Brasil, em toneladas - 1987/1999

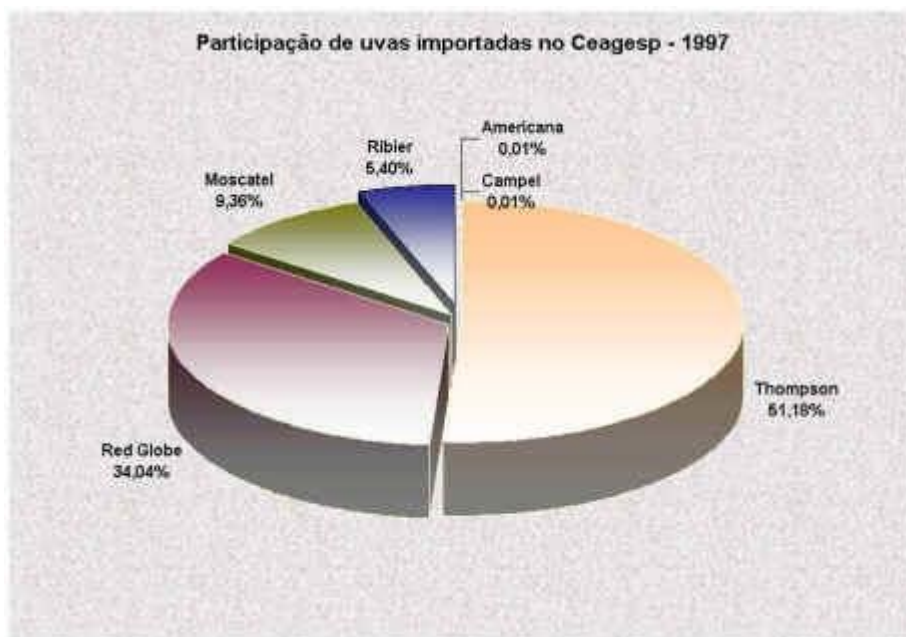
<b>Ano</b>	<b>Produção</b>	<b>Exportação</b>	<b>Importação</b>	<b>Consumo agroindústria *</b>	<b>Consumo In natura</b>
1987	566.030	1.247	2.605	336.164	231.224
1988	771.708	3.161	5.397	544.605	229.339
1989	712.752	2.011	13.437	422.461	301.717
1990	786.218	1.845	14.682	490.930	308.125
1991	648.026	2.882	12.131	339.369	317.906
1992	800.112	6.877	4.786	398.089	399.932
1993	785.958	12.552	4.508	401.472	376.442
1994	800.609	7.092	8.384	450.561	351.340
1995	836.545	6.786	23.891	455.772	397.878
1996	730.885	4.516	58.817	313.331	442.945

1997	855.641	3.705	23.222	414.485	460.673
1998	736.470	4.405	26.492	348.523	410.034
1999	868.349	8.083	8.599	469.870	398.870

\*Dados estimados

Fonte: IBGE, Coordenaria de Estatística de Comércio Exterior.

Elaboração: Embrapa Uva e Vinho



**Figura 2.** Participação de uvas importadas no Ceagesp - 1997

Se por um lado temos evidências da preferência do consumidor por uvas sem sementes e sabemos que este fato representa uma ameaça em termos de concorrência com a nossa produção no mercado interno, por outro temos o desafio de viabilizar técnica e economicamente a produção deste tipo de uva, já que esta preferência não é exclusividade do consumidor brasileiro. Ou seja, no atual contexto de mercado interno e externo, a capacidade competitiva da cadeia vitícola de uvas finas de mesa depende da nossa capacidade de ofertar este tipo de produto com qualidade e preço.

Neste sentido, as primeiras ações desenvolvidas pela Embrapa Uva e Vinho foram de adaptar às condições tropicais

e subtropicais brasileiras as principais variedades de uvas apirênicas produzidas no mundo. Os resultados obtidos permitiram duas conclusões: a) As cultivares importadas, todas oriundas de clima temperado, porque não existem cultivares criadas para ambientes tropicais, apresentam grande dificuldade de adaptação em regiões de clima quente, sendo a falta de adaptação expressa por níveis de produtividade muito baixos e, 2) essas cultivares, como regra, são altamente susceptíveis a doenças, exigindo grande número de intervenções químicas para obter um satisfatório controle fitossanitário.

Tomando por referência as condições impostas pela globalização da economia e as exigências do mercado consumidor por "produtos limpos", obtidos através de sistemas de produção embasados na lógica da preservação ambiental ( Produção Integrada e Produção orgânica, por exemplo), fica evidente que a viticultura de uva fina de mesa no Brasil só será competitiva e sustentável quando dispormos de cultivares adaptadas às condições de clima tropical e subtropical do país.

Ademais, na atual conjuntura, em que está se generalizando a adoção das leis de patentes e de proteção de cultivares, possibilitando restrições de uso e imposição de barreiras comerciais, a disponibilidade de variedades próprias significa independência tecnológica e garantia de participar de um mercado altamente competitivo. Além disso, a diversidade de produtos, com características específicas de aparência, sabor, textura e outras, para mercados com exigências próprias e sempre ávidos por produtos de melhor qualidade, pode ser o elemento determinante da competitividade da viticultura brasileira.

O Programa de Melhoramento Genético de uvas finas de mesa, coordenado pela Embrapa Uva e Vinho, foi iniciado em 1997 em parceria com a Cooperativa Agrícola de Jales e apoio do CNPq/Bioex, teve continuidade, a partir de 1999, em parceria com a Valexport, com apoio do Programa PADFIN. Atualmente este projeto vem sendo conduzido com o apoio do Programa PROFRUTA do MAPA/CNPq. Centenas de populações e milhares de híbridos foram obtidos nestes cinco anos de execução do projeto, dispondo-se atualmente de sete

seleções avançadas de uvas apirênicas, que se encontram em fase inicial de validação junto a produtores nos principais pólos produtores, bem como de um excelente material genético básico melhorado, reunindo característica de apirenia, produtividade, resistência a doenças e diferentes atributos de qualidade.

## Considerações Finais

Um dos aspectos característicos e marcantes da vitivinicultura brasileira é a sua diversidade e complexidade. Na verdade, temos diversas vitiviniculturas no país, cada uma com sua realidade climática, fundiária, tecnológica, humana e mercadológica. Entretanto, para qualquer uma delas, o cenário que se esboça neste início de século XXI é de competição acirrada tanto no mercado externo quanto no interno, exigindo grande esforço de organização e política setorial.

Um exemplo presente, de ação neste sentido, é o Programa de Marketing Institucional do Vinho Brasileiro, que se encontra em fase de implantação, numa parceria que envolve recursos do MAPA e do setor privado vitivinícola.

A modernização dos vinhedos tradicionais e improdutivos do Rio Grande do Sul a partir de uma política de reconversão sintonizada com as exigências e oportunidades do mercado e de uma política fiscal que equipare os tributos incidentes sobre o produto brasileiro ao dos nossos competidores é "urgente" e fundamental para o aumento da competitividade dos vinhos da região, via melhoria da matéria prima e racionalização dos custos de produção.

Sabe-se da semelhança existente entre as condições naturais e a estrutura das economias agrícolas da Região Sul do Brasil e os países do Mercosul Expandido (para incluir o Chile); sabe-se também que este grupo de países (Argentina, Uruguai e Chile) são tradicionais produtores de vinhos e que todos possuem grandes excedentes exportáveis, entretanto o que poucos sabem é que do total de vinhos importados pelo Brasil em 2000, apenas 35% teve origem nestes países, sendo os demais 65% originário da Europa. Se relacionarmos estes fatos com outros de ordem política, como por exemplo o

ajuste cambial ocorrido recentemente na Argentina, que certamente aumentará a sua competitividade como exportador, entenderemos o "por quê" da nossa urgência.

Não menos urgente é a necessidade de se viabilizar tecnologicamente o processo de reconversão da matriz produtiva de uvas finas de mesa, em favor das apirênicas, de forma a habilitar a viticultura brasileira a competir interna e externamente neste mercado que, a despeito de ser muito acirrado, é muito rico.

No caso dos "vinhos de consumo corrente" e do "suco de uva", que apresentam uma situação de mercado estável, também há necessidade de melhoria na qualidade da matéria prima e de investimentos em tecnologia para processamento no caso dos vinhos. As iniciativas quanto a produção de uvas e elaboração de sucos nas regiões tropicais deverão, num futuro próximo, provocar alterações na estrutura de oferta e, conseqüentemente do mercado interno deste produto, e também na estrutura de produção da região sul. O eventual aumento da competição entre regiões brasileiras, neste mercado, poderá desencadear um processo de reconversão tecnológica (práticas culturais e diversificação da matriz produtiva, por exemplo), com base no conhecimento técnico científico disponível, capaz de mudar o perfil da viticultura na região tradicional do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

### Bibliografia Citada

- MELLO, L. M. R de. Cadastro Vitícola. In: CADASTRO Vitícola do Rio Grande do Sul-1995/2000. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho: Ibravin, 2001. 1 CD-ROM.
- MELLO, L. M. R de. Competitividade e reconversão: avaliação da vitivinicultura da serra gaúcha frente ao mercosul e a abertura de mercado. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 1999. 74 p. Relatório de andamento do Subprojeto 05.0.94.004.12.
- BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Delegacia Federal da Agricultura de Santa Catarina. Cadastro vitícola do Vale do Rio do Peixe. Florianópolis: DAS: Epagri, 2001. 310 p.



- INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. Produção e número de plantas de videiras no Estado de São Paulo. 2000. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/> Acesso em: 25 mar. 2001.